

F
320.08
M527
AFT
EX2



Senador ARNON DE MELLO

APARTES

BRASÍLIA — 1978



Senador ARNON DE MELLO

APARTES

Aqui estão alguns dos apartes que, ao longo da sua atividade parlamentar, teve oportunidade o Senador Arnon de Mello, representante de Alagoas, de dar a pronunciamentos de colegas seus, no Senado da República.

O aparte tem uma significação especial, pois revela o interesse do parlamentar pelo assunto em debate e lhe demonstra a participação na vida pública.

O historiador José Honório Rodrigues, sempre tão lúcido nas observações que produz, disse certa vez não ser verdade o que se propala quanto a História do Brasil ser feita apenas pelo Poder Executivo. Quem quer — acrescentou ele — que compulse os Anais do Congresso Nacional logo verifica que os grandes problemas brasileiros foram debatidos e esclarecidos no Parlamento e aí tiveram equacionadas as suas soluções antes de submetidos ao Poder Executivo.

É, pois, muito útil conhecer os apartes dados por um parlamentar estudioso dos problemas do País a discursos pronunciados no Senado Federal. E são apartes o que aqui divulgamos.

CRÍTICAS AO ITAMARATY

Faz o Senador Vasconcelos Torres constantes críticas ao Itamaraty, como neste discurso pronunciado no Senado Federal a 21 de março de 1968, o qual mereceu apertes do Senador Arnon de Mello.

O SR. VASCONCELOS TORRES — O cientista não vive o dia-a-dia rotineiro do funcionário, que tem como preocupação essencial pagar a casa, a comida, a escola e a recreação para os filhos. Para o cientista, existe a necessidade da especialização; ele tem que manter o intercâmbio cultural, principalmente em matérias como a matemática e a física nuclear. V. Ex^a andou pelo mundo inteiro; eu ainda não tive esta felicidade; a não ser algumas vezes em que visitei o estrangeiro, quando indicado pelo Senado ou pelo Executivo.

V. Ex^a fez um trabalho muito importante sobre o assunto e sabe que há uma espécie de confraternização científica, o que, aliás, é muito nobre. Notei que na América do Norte há uma colaboração estreita com os nossos jovens professores daqui e de São Paulo. Mas a eles falta o estímulo para a pesquisa, e isto — que estou certo V. Ex^a irá apurar — está repetido aqui como um chavão, pelo Senador José Ermírio, por V. Ex^a e por mim. Sabe V. Ex^a que um país subdesenvolvido, como a Índia, dedica um percentual elevadíssimo para a pesquisa da física nuclear, ou seja, da energia atômica, e sabe também do ridículo em que caímos, não assinando o Tratado de Proscrição de Bombas Atômicas. O Brasil, com este Itamaraty caricato, que ainda hoje de manhã tive oportunidade de pôr a nu, quer evidenciando algumas das suas qualidades, quer mostrando os seus defeitos, que são muitos, mas criticando-o patrioticamente e fazendo as ressalvas necessárias, porque temos realmente alguns bons diplomatas, cujos nomes eu, repetidamente, tenho proclamado, aqui; o Brasil se nega a assinar o mencionado Tratado numa propaganda estilo DIP desse Itamaraty desafinado com os interesses do País. No entanto, é do conhecimento de V. Ex^a que se negaram, recentemente, à Comissão de Energia Nuclear, as verbas mais elementares para aquisição de mobiliário destinado aos

laboratórios, e também as complementações indispensáveis a que, realmente, ingressemos na era atômica.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Nobre Senador Vasconcelos Torres, muito me alegra ver um homem como V. Ex^a tratar de problemas de tão profunda importância, como o da energia nuclear para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Devo a V. Ex^a um esclarecimento. O salário não é, evidentemente, primordial para os cientistas. Motiva-os a paixão da pesquisa, o anseio da descoberta. Mas, evidentemente, o cientista precisa ter segurança, precisa ganhar o suficiente para viver e manter a família, e precisa, sobretudo, ser contratado em regime de tempo integral, em caráter exclusivo. Não é possível a um pesquisador dedicar duas horas a um laboratório, duas noutro e mais três horas num terceiro, porque, na realidade, ele reduz sua capacidade de criação se não se aplicar de corpo e alma, noite e dia, ao seu trabalho. Os cientistas se estioham, tornam-se inúteis se vivem de “bicos”, se são professores em várias escolas, em várias faculdades. Com isso perdem, de fato, a criatividade, perdem a eficiência. É preciso que o DASP não considere o cientista um funcionário público...

O SR. VASCONCELOS TORRES — É preciso que o Brasil não os considere simples funcionários. O DASP, que agora mudou o nome para DAPC, é um órgão anacrônico — perdoem-me Vossas Excelências — e está para o Brasil, na era atômica, como o mundo está para a era da pedra lascada.

O Sr. Arnon de Mello — ... mas que o vejo como criador, que se entrega, totalmente ao trabalho de pesquisa. Citei aqui o caso de Arquimedes de Siracusa, que um belo dia saiu do banho, nu, a gritar pela sua: “descobri, descobri, descobri!” Descobriu que o seu corpo, na água, era mais leve. E descobriu isto quando de todo se preocupava com uma pesquisa sobre o peso da coroa do Rei Heirão, de Siracusa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado. O aparte de V. Ex^a, pelas suas observações, emprestam brilho ao meu modesto discurso.

V. Ex^a citou Arquimedes, quando, mergulhado na água, descobriu a leveza do seu corpo. Nós precisamos aqui é de alguém que descubra mais um emprego do sabão, porque água nós temos bastante, para lavar o casco empedernido desses dromedários, desses trogloditas, desses recalçados, desses que vivem no mundo fantasioso dos crachás, das condecorações, dos coquetéis, neste País,

onde há tanta miséria. Não raro, o americano chegado ao Brasil surpreende-se com o que se gasta aqui, e ainda mais impressionado fica com os brasileiros que visitam seu País, fazendo gastos excessivos, ele que se habituou a ouvir dizer que somos um País subdesenvolvido.

V. Ex^a sabe que as grandes noitadas de Nova Iorque e de Paris são comentadas. Aliás, V. Ex^a, como eu, é ledor das colunas sociais, do brilhareco, que dá imagem falsa deste País, que deveria aplicar um pouco mais de suas rendas, de seus recursos, investindo-os na pesquisa.

V. Ex^a, em tese, não discorda de mim; pelo contrário, me apóia. O salário não é o objetivo maior do cientista; todavia, sem numerário suficiente, fica prejudicada a sua criatividade, por lhe faltarem meios para investigações.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a dá licença para novo aparte? (Assentimento do orador.) É a propósito do Itamaraty. Temos conversado muito, nobre Senador Vasconcelos Torres, a respeito da diplomacia brasileira.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Foi pena que V. Ex^a não estivesse em Plenário, pela manhã, quando discurssei sobre o assunto.

O Sr. Arnon de Mello — Soube do discurso de V. Ex^a

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não é propaganda, já disse, mas este é o último capítulo do livro que vou ter a ventura de publicar como documentário sobre o Itamaraty — “A verdade e a mentira da diplomacia brasileira”. Aliás, mais mentira que verdade.

O Sr. Arnon de Mello — Permita-me lembrar a V. Ex^a que foi no Itamaraty que se hasteou a bandeira da energia nuclear.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não foi o Itamaraty, propriamente, mas, sim, alguns homens isolados, e que por isso sofreram duros ataques. Hoje, fazia eu referência ao Embaixador Sérgio Correia da Costa que, por sinal, está em Brasília.

O Sr. Presidente, não me preocupo, exclusivamente, em atacar o Itamaraty, e estou sempre pronto para evidenciar-lhe o lado positivo. Ressaltei o mérito do Embaixador Sérgio Correia da Costa, e quero dizer a V. Ex^a, em que pesem as críticas de que é passível o Chanceler Juraci Magalhães, que S. Ex^a teve o mérito de, pela primeira vez, realizar um curso de energia atômica no Itamaraty, do qual todos nós recebemos aqui o primeiro trabalho sério a propósito do assunto. Mas, são vozes isoladas. V. Ex^a sabe que, para cada

diplomata que cuida do problema de energia nuclear, existem cem freqüentando os coquetéis do *high society*.

O Sr. Arnon de Mello — Fico muito feliz, Senador Vasconcelos Torres, com a sua referência ao nome do Chanceler Juraci Magalhães, em cuja gestão, no Itamaraty, se fez um curso de política nuclear que o teve como aluno dos mais atentos e estudiosos, presente a todas as conferências. Realmente, temos no Itamaraty elementos preocupados com o problema científico. Na viagem que acabo de fazer por vários países, estive em contato com numerosos diplomatas brasileiros e a impressão que deles colhi não foi em absoluto negativa. Naturalmente, há os diplomatas que atuam mais no plano social, mas há também os que atuam no plano científico ou no plano administrativo. Depois deste ligeiro debate, espero conversar sobre o assunto com V. Ex^a. Acredito que estamos de acordo, porque, se apoio algumas de suas críticas, entendo também que a instituição é boa. Já em 1863, dizia Pimenta Bueno que o Itamaraty era o Ministério que maiores serviços poderia prestar ao Brasil. Ainda agora, a preocupação do Itamaraty, quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, decorre dos relatórios que seus diplomatas lhe enviam do exterior. E lamento que esses importantes relatórios não possam ser publicados. Só assim V. Ex^a teria ensejo de bem julgar a atividade lá fora dos nossos diplomatas.

O SR. VASCONCELOS TORRES — E os relatórios nem são lidos.

O Sr. Arnon de Mello — Com ditos relatórios, eles estimulam o Ministro de Estado no seu empenho em favor do nosso desenvolvimento científico e tecnológico, diante de um mundo que dispara nesse setor.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Perfeito. Não condeno, propriamente, apenas aponto as falhas desse organismo, que ainda não se ajustou à vida moderna, na qual o Brasil tem que ingressar sem tardança. V. Ex^a referiu-se aos relatórios. Bati-me, no Senado, para que esses relatórios chegassem, pelo menos à Comissão de Relações Exteriores, que, ainda hoje, critiquei. Todos nós temos um apreço muito grande pelo Senador Benedito Valladares. S. Ex^a é como que um patrimônio sentimental do Senado e da vida política do Brasil.

Mas V. Ex^a sabe, a Comissão, dentro do seu dinamismo, deve ter aquela vigilância que decorre do imperativo constitucional, e no entanto tem sido plástica demais. Ainda hoje, queixava-me de que, quando um Embaixador é submetido a uma sabatina, já tem marcada a sua passagem de volta para o mesmo dia em que chegou.

Há homens do porte de Sérgio Correia da Costa, que toda a Casa conhece como uma das figuras exponenciais do Itamaraty. Ninguém ignora o papel relevante do Instituto Rio Branco no preparo dos vários diplomatas. Há, entretanto, os medalhões que não aceitam a minha crítica, que é construtiva e não demolidora.

Repetidamente, tenho exaltado os jovens do Itamaraty. Ali se está formando uma elite culta; já temos, no Itamaraty, diplomatas de valor, economistas, técnicos.

Tenho aqui mencionado, seguidamente, diplomatas que honram, de maneira inegável, não apenas o Brasil, como qualquer carreira diplomática do mundo. Cito, por exemplo, o ex-Chanceler Vasco Leitão da Cunha, Raul Bopp, e, na geração jovem, Marcos Coimbra, que já se afirmou como um dos nossos melhores diplomatas. Tive oportunidade de conhecê-lo em Lisboa, exercendo uma função notória, justamente a que proclamo, qual seja, a eficiência do diplomata, que não trabalha, apenas nas horas marcadas pelo Itamaraty. Encontrei-o em plena madrugada, no exercício de suas atividades.

Mas V. Ex^a sabe que há mofo naquela casa da Rua Larga, que precisa ser transformada em atividade, em energia; há aqueles que envergam pesados fardões, que empunham espadas, usam tricórnios e chapéus de pluma, deixando a gente sem saber se são almirantes, brigadeiros ou acadêmicos. A esses levo minhas críticas! Quantos, porém, tenho exaltado aqui!

O Instituto Rio Branco, a que vou destinar um trabalho de documentário parlamentar, possui — repito — chanceleres de primeira ordem. Pode-se criticar o Chanceler Juraci Magalhães, mas, inegavelmente, S. Ex^a colocou o Itamaraty na era tecnológica, e, um outro não teria o mesmo dinamismo. S. Ex^a, sendo um militar, se houve com muito acerto naquela função.

Há uma rivalidade muito grande no Itamaraty, que é de todos conhecida. É o que ocorre, quando existe uma espécie de maçonaria, que dá margem, inegavelmente, em muitas injustiças.

Aquele Chanceler, sendo militar — como disse —, quando ocupou a Pasta das Relações Exteriores sofreu inúmeras críticas cá fora realizou algo entretanto, que significou um grande avanço para a Casa de Rio Branco.

Não estou entrando, propriamente, na área política, mas justificando os bons serviços prestados pelo Embaixador Juraci Magalhães, que não se limitou à diplomacia dos salões, dos mistérios, dos iniciados.

Há lá o entendimento de que os negócios exteriores só podem ser exercidos por certos privilegiados. Em outros países, porém, não

há esse entendimento. Nos Estados Unidos da América do Norte e na França, por exemplo, o próprio povo fica inteirado de todos os passos a respeito das relações exteriores, o que não acontece conosco.

O Sr. Arnon de Mello — Permita V. Ex^a mais um aparte. V. Ex^a disse, a propósito da Comissão de Relações Exteriores, que não compreendia por que o Embaixador aqui chegando para ser submetido a uma sabatina, tem como primeira preocupação, marcar a passagem de volta. Isso é muito natural, porque se ele não cuidar de marcar a passagem de volta, simplesmente não terá como voltar ao Rio no mesmo dia, tão cheios se acham sempre os aviões. Sabemos que todos eles são homens muito ocupados. Recebem a comunicação do Ministério de que deverão se apresentar ante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, para serem submetidos à sabatina em tal dia, e, aqui, depois de submetidos à sabatina, não têm por que não voltar aos seus afazeres no Rio.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Aí não estou de acordo com V. Ex^a

O Sr. Arnon de Mello — Eles têm que proceder assim, porque têm obrigações no Rio.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o ponto vulnerável. Um Embaixador convocado tem que ficar à disposição do Senado, um, dois, três dias, uma semana, um mês. Neste ponto, a Comissão de Relações Exteriores tem de ser dinamizada.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a não ouviu o que lhe falei. A Comissão de Relações Exteriores reúne-se, vamos dizer, agora, às quintas-feiras. O Embaixador recebe a comunicação de que, na quinta-feira, a Comissão de Relações Exteriores vai sabatiná-lo.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Terá de passar sexta, sábado e domingo em Brasília.

O Sr. Arnon de Mello — Pode passar, se tiver lazeres, mesmo porque Brasília tem uma delícia de clima, mas, depois de submeter-se à sabatina, pode voltar a qualquer hora aos seus afazeres no Rio.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Que sabatina é essa, meu Deus. Isso não é sabatina! V. Ex^a me perdoe a referência bíblica: isso se resolve como Deus com os anjos.

O Sr. Arnon de Mello — Não, Senador! Eu já vi um Embaixador, o Embaixador Alves de Souza, passar sete horas numa dessas sabatinas, na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

TOBIAS BARRETO, APÓSTOLO DA DEMOCRACIA

Por um lamentável equívoco de paginação, a reportagem de Arnon de Mello, intitulada "Tobias Barreto, apóstolo da democracia", publicada em nosso número anterior, teve uma parte truncada, o que de certa maneira lhe tira o sentido. Damos abaixo o trecho suprimido pela revisão:

"Aludi às críticas que se fazem aos romancistas modernos sob o pretexto de que eles ferem a gramática, usam termos que não se empregam nos salões, falam abertamente do sexo. O romancista não é, entretanto, responsável pela ignorância das populações que descreve. Não tem poder para abrir escolas nem é professor de moral. Romance é vida. Tirar-lhe a espontaneidade é tirar-lhe a força. Ao romancista não cabe consertar a sintaxe, melhorar as expressões nem modificar os sentimentos ou os costumes das suas personagens. Não lhe cumpre deturpar a realidade. Também ao descrever um ambiente social, não pode ocultar o problema do sexo, de importância indiscutível, que merece, como os demais, atenções acuradas. O romancista é uma testemunha que depõe leal e francamente. Sua obra visa corrigir situações anormais e evitar iniquidade. Focaliza verdades, acentua ridículos, mostra injustiças, protesta pela coletividade expondo aos olhos dos que vivem bem a infelicidade dos que nada possuem. Ademais, se o Brasil é um país que deve progredir e precisa explorar todas as suas riquezas, agem bem os homens de letras quando nos seus livros traduzem realidades que impedem o desenvolvimento nacional. Fazem com isso obra de construção. Euclides da Cunha alertou-nos com "Os Sertões", destacando graves aspectos de um mal cujas origens ainda não foram extirpadas. José Américo de Almeida, ao publicar a "Bagaceira", serviu ao Brasil tanto como à frente do Ministério da Viação. Acabou-se a época em que se falava de flores de laranjeiras ao mesmo tempo que o analfabetismo, a subalimentação, a sífilis, a tuberculose, a ignorância e a miséria consumiam a Nação e lhe impossibilitavam o progresso. O escritor, como o homem público, tem obrigações a cumprir para com o seu povo. São sobretudo os desajustamentos sociais

que eles revelam. E como condená-los por isso, impedir que seus livros sejam lidos quando se abre diante de nós uma fase em que os erros por eles apontados deverão ser sanados? Absurdo. A guerra já é decorrente de um estado de coisas que não pode perdurar. Independente da vontade de quem quer que seja, o mundo caminha para uma época de maior equilíbrio social, de mais solidariedade humana. Tudo indica que o após-guerra concretizará essa perspectiva assegurando ao homem não apenas a liberdade política mas também a dignidade de viver tal como acentuava em 1878 o próprio patrono do Centro, Tobias Barreto.”

FUGA DE TÉCNICOS BRASILEIROS PARA O EXTERIOR

O Senador Aurélio Vianna, alagoano, Senador pelo Estado da Guanabara, líder do MDB, ocupou a Tribuna do Senado, em 28 de maio de 1968, a fim de tratar da fuga dos cientistas brasileiros para o exterior, assinalando:

“O problema não é apenas do Brasil. O Senador Arnon de Mello, em observações muito atuais e muito justas, focalizou o problema da fuga do nosso cientista para o exterior.

É bem verdade que, quase sempre, quando um cientista sai do Japão para o exterior, vai em busca de maiores conhecimentos, de atualização com o que há de mais avançado fora do seu país. Mas é bem verdade ainda que o professor, no Japão, não tem aquele salário que seria de desejar...

... Li também que 20% dos jovens entre 18 e 19 anos de idade se encontram nas universidades. E o Governo calcula que, antes de 1986 ou 1987, 40% dos jovens entre 18 e 19 anos de idade também já lá estarão matriculados. O próprio Governador de Tóquio nos declarou: “Hoje, a cidade de Tóquio tem 12 milhões de habitantes. É a maior do mundo. E para 1975 prevê-se que a cidade abrigará uma população de 28 milhões de habitantes”.

A tal discurso, o Senador Arnon de Mello deu o seguinte aparte:

O Sr. Arnon de Mello — Antes de tudo, Senador Aurélio Vianna, congratulo-me com o Senado pelo discurso de V. Ex.^a, debatendo assunto de fundamental importância para o destino do nosso País. A respeito da fuga de cientistas, vale lembrar que o cientista japonês não tem necessidade de emigrar porque naquele país há mercado de trabalho suficiente para ele. Lá, a pesquisa é feita não apenas pelo Governo, como aqui, mas também pelas Universidades e pelas indústrias. Embora seja dos mais pobres países do mundo, pois não tem ferro, não tem petróleo, não tem cobre, não tem carvão e quase não tem terra, o Japão é, hoje, a terceira potência do mundo em indústria de ferro e aço. Produtor de tecnologia, serve realmente, de exemplo para o mundo, comprovando o que pode fazer uma Nação pobre, com imaginação e vontade de realizar-se.

É sobretudo extraordinário exemplo para o Brasil. Folgo que V. Ex^a, com a sua inteligência e cultura, tenha na sua viagem observado estes aspectos importantíssimos do Japão e venha a este Plenário expô-los ao povo brasileiro.

Mas adiante, volta a falar o Senador Aurélio Vianna:

“Também no Japão eles dizem que, muitas vezes, é uma pequena minoria mais agressiva que agita o setor universitário; mas quase sempre, a formação mesma, a mentalidade mesma do povo japonês reage, e a agitação nunca toma proporções muito vastas. Mesmo porque os *experts*, os orientadores, os cientistas, os industriais — como disse o Senador Arnon de Mello, e é verdade, observamos também este fato — entram com somas vultosas para aperfeiçoamento deste como de outros setores. Há fábricas que empregam um jovem saído do colégio ou da Universidade e o aperfeiçoam nas próprias oficinas.

O Sr. Arnon de Mello — É o treinamento em serviço.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente! É um treinamento em serviço, intenso, que o transforma — uma característica toda especial do povo japonês”.

OLIVEIRA VIANA

O Senador Vasconcelos Torres, depois de haver falado o Senador Arnon de Mello sobre um grupo de cientistas — meninos que o procurou em Brasília, usou em seguida da palavra para homenagear a memória de Oliveira Viana no Senado a 5 de junho de 1968, e referiu-se por várias vezes ao pronunciamento do representante alagoano, que também o aparteceu.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, ainda num eco muito pálido, muito apagado, muito tênue, congratular-me com o Senador Arnon de Mello pelo seu discurso, há pouco proferido.

Observo, ocasionalmente, na Ordem do Dia, item 3, um requerimento de minha autoria, pedindo a transcrição, nos Anais, de um editorial do *Diário de Notícias* sobre “O Poder Jovem”. Em tal documento existe justamente aquilo que, nesse estilo novo de discurso que eu classificaria de “reportagem parlamentar”, fez o Senador Arnon de Mello. É a abertura para um diálogo com a juventude que precisa ser compreendida e carece ser estimulada.

Esse cidadão que ajudou o trabalho dos cientistas — meninos de Brasília, mencionado pelo Senador Arnon de Mello, está dando um exemplo de compreensão da juventude da nossa terra.

Sr. Presidente, saúdo também esses minigênios, esses cientistas-mirins, esses garotos que se acham imbuídos da noção exata de que esta Pátria será colocada no lugar que merece. E quando vejo a onda de pessimismo dominar tantos descrentes, recebo aqui, hoje, uma dose de óleo canforado emocional que me enche de entusiasmo.

OLIVEIRA VIANA

Sr. Presidente,

Jovem estudante de Direito, ao lado de outros companheiros, convivi com um dos maiores sociólogos da nossa Pátria, Oliveira

Viana, aquele que escreveu *População Meridional do Brasil, Evolução do Povo Brasileiro* e *O Ocaso do Império*.

Há um fato, na biografia de Oliveira Viana, que eu escrevi e que o Senador Guido Mondin me deu a honra de ler antes de me conhecer, tanto que chegando eu aqui, no Senado, logo me perguntou S. Ex^ª se fora eu quem escrevera sobre aquela grande figura. Oliveira Viana nasceu em Saquarema, em ambiente pobre, eminentemente rural. No curso primário foi colega de um jovem chamado Joaquim, o primeiro aluno da turma, com quem Francisco José de Oliveira Viana tirava as suas dúvidas quer em Português, quer em Matemática, quer em História do Brasil.

Terminando o curso primário, o nosso sociólogo dirigiu-se à Capital do Estado, onde cursou Direito e, posteriormente, Engenharia. Aluno brilhante, conseguiu os dois diplomas. Voltando à terra natal, coisa que todos nós fazemos com nução quase religiosa, quis Oliveira Viana rever os seus antigos colegas. Logo procurou o primeiro aluno da sua turma, aquele que era o *primus inter pares*, a inteligência máxima de Saquarema, e lhe informaram que o Joaquim estava na lavoura, segurando o cabo da enxada.

Contando isso, na sua posse na Academia Brasileira de Letras, Oliveira Viana quis demonstrar que, se o Joaquim tivesse tido a mesma oportunidade que lhe fora oferecida, talvez pudesse ultrapassá-lo em conhecimentos, talvez pudesse ser um grande advogado ou um grande engenheiro.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Talvez eu dê a impressão de que, como V. Ex^ª foi extremamente generoso comigo, no seu aparte, quando eu ocupava ainda há pouco a Tribuna, agora, no decorrer do seu discurso, queira eu compensar com este aparte a sua generosidade. Mas não é isso. Desejo simplesmente dizer a V. Ex^ª que me alegro profundamente ao ouvir as referências de V. Ex^ª a Oliveira Viana. Fui também um dos amigos do sociólogo fluminense. Por várias vezes atravessei a baía da Guanabara para visitá-lo na Alameda São Boaventura, onde morava, em Niterói. Considerava, realmente, Oliveira Viana notável sociólogo e escritor admirável, embora nem sempre comungasse com suas idéias e opiniões. Mas me alegro de fato que V. Ex^ª recorde, no Senado, o nome desse grande estudioso dos problemas brasileiros, e, por último, dos problemas trabalhistas, dedicando-se como se dedicou, no fim da vida, ao estudo de nossas questões sociais.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato. E, foi ao lado de pessoa muito chegada a V. Ex^a, o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil, Lindolfo Collor, que ele, como jurista, pôde ser o formulador daquilo que representaria um avanço maior no direito social brasileiro, terminando aquela época em que as questões sociais-trabalhistas eram resolvidas à pata de cavalo.

O Sr. Arnon de Mello — Eram questões de polícia.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato. Mas, voltando ao caso do Joaquim, colega de Oliveira Viana, primeiro da turma, e, decorridos muitos anos, trabalhador de enxada, eu agora desejaria lembrar ao Senado que, se nós não auxiliarmos esses jovens a que se referiu o Senador Arnon de Mello, quantos joaquims não estarão ali? Desestimulados, sem os recursos dos ministérios especializados, cada um seguirá seu caminho, sua estrada, e vamos perder, Sr. Presidente, aquilo que, em todo o mundo, é tão apreciado: o pendor vocacional. Essas vocações, se não forem estimuladas, se perderão.

EXEMPLO À MÃE BRASILEIRA

De que vale, Sr. Presidente, o discurso do Senador Arnon de Mello, que eu poderia chamar de acadêmico pela beleza literária com que foi feito; de que vale a ternura da Sr^a Arnon de Mello, que está ali, como exemplo à mãe dos estudantes brasileiros, a vibrar com esse movimento juvenil em Brasília, se, como infelizmente ocorre, tudo que se fala aqui no Congresso fica sem eco lá fora? Estamos tão perto do Palácio do Planalto e, paradoxalmeste, tão distante! Parece que o Senado tem a forma de uma abóbora, da meia-lua — que é, justamente, aquilo que representa a metade esférica da terra — e, embora tão perto, a distância do Palácio do Planalto é imensa, tornando-se necessário imaginar foguetes para fazerem chegar até lá as palavras do Senador Arnon de Mello, e na-quele Palácio serem recolhidas, para então o Sr. Ministro da Educação chamar todos esses jovens cientistas a fim de saber deles o que desejam, e considerar com seriedade o assunto. Sim, porque se, no caso, não houvesse seriedade, um Senador da República não iria ocupar a atenção deste Plenário com tema tão importante.

Sr. Presidente, estou vibrando de entusiasmo, no dia de hoje. No aparte que dei ao Senador Arnon de Mello, não pude distinguir bem entre o Senador, o Pai e o Brasileiro; mas acho que agora depois que S. Ex^a falou, posso reunir essas três coisas num cadinho cívico e fazer com que, neste precipitante, haja um sentido de apelo às nossas autoridades, para que os jovens não venham a sentir aquilo que há de pior no mundo, que é a descrença.

AÇÃO IMEDIATA

Ao conforto das palavras deve suceder, na minha maneira de pensar, uma ação imediata. O Senado, como a Câmara, tem agora a Comissão de Energia Nuclear. O Brasil está ingressando na área nuclear, está engatinhando. Temos um Ministro das Relações Exteriores — S. Ex^ª o Chanceler Magalhães Pinto, que, aliás, hoje se encontra em Brasília — que diz que o Brasil não assinará o tratado de não proliferação de armas nucleares, porque precisa ampliar suas pesquisas. Ao mesmo tempo que afirma isso na ONU, nós vemos que o Brasil nega uma verba, uma ninharia para a Comissão de Energia Nuclear. Nega recursos mínimos a fim de que a pesquisa seja feita. Parece aqui existir um complexo para que o Brasil não venha a ingressar na era nuclear, que há de marcar o progresso do mundo, e o nosso particularmente, de vez que os minérios raros, e que podem propiciar o desenvolvimento da energia nuclear, existem aqui na nossa terra em abundância. É o caso das areias monazíticas, que durante muito tempo foram contrabandeadas. Ninguém entendia entre nós de energia atômica, e os navios encostavam no litoral do Espírito Santo, em Guarapari, e no Estado do Rio, em Macaé e no Rio das Ostras, enchiam-se de areia monazítica, e diziam que se tratava apenas de lastro.

OUTRO ASSUNTO

Senhor Presidente, este não era o assunto que eu pretendia abordar no dia de hoje. Mas criou-se uma atmosfera tal, uma explosão sentimental, um cogumelo atômico verbal, no discurso do Senador Arnon de Mello, que eu, ainda sob o efeito dessa irradiação, entendi que também deveria prestar minhas homenagens a esses jovens, para que sentissem que o homem do Nordeste, falando, empolgou um homem do Sul. E, aqui, a atenção com que o Senador Arnon de Mello foi ouvido e a vibração que nos proporcionou serviram como que de elemento a que eu ocupasse esta tribuna, e, embora pretendendo abordar um outro tema — e afinal de contas já me estou alongando — me circunscrevesse a, mais uma vez, aplaudir a manifestação do nobre Colega representante das Alagoas.

TURISTAS

O Senado tem tido muitas visitas, meus jovens estudantes, que aqui se encontram, na Tribuna de Honra. Brasília é, de seu lado, uma cidade interessante e vem aqui mais gente de fora, principalmente americanos, do que propriamente brasileiros. Porque, dificilmente, podemos fazer o que as outras nações realizam, um interturismo, ou melhor, fazer com que os brasileiros conheçam o Brasil, de vez que uma passagem de avião ou mesmo de ônibus represen-

ta pesado encargo no orçamento. Mas a verdade é que Brasília já está conhecido pelo mundo. De vez em quando, eu, que sou observador, vejo as galerias da parte de cima deste Plenário cheias de turistas.

Os nossos jovens convidados, que são brasileiros, estão aqui, na galeria nobre, ou seja, ao nosso lado, e eu queria ressaltar esta ocorrência, entusiasmadíssimo, vibrando, porque na carreira que abraçamos — a política — há muito pessimismo, muito intriga, muita calúnia, muita destruição, muito reacionarismo. Há os que não acreditam na mocidade brasileira. Mas hoje tivemos uma lição de fé. Esses jovens que aqui se encontram presentes nos estimulam, nos fazem crer no futuro desta Pátria, que terá de ir para frente. Eles deram ao foguete que fabricaram o nome de Alvorada. Alvorada para mim, Sr. Presidente, significa luz, significa algo que resplandece. Eu poderia dizer, como já foi dito há pouco, e tem que ser justamente assim: o Brasil não é um país noturno, não é um país da noite: é um país da alvorada. E aqueles que estão construindo esse mini-foguete “Alvorada” abrirão novos horizontes, clarearão os caminhos escuros daqueles que pensam que o Brasil há de ser sempre ronco, modorrento, colonial e antigo. Essa mocidade, Sr. Presidente, se engrandece a si própria. V. Ex^a vai-me permitir que eu encerre assim o meu discurso: essa mocidade engrandece muito mais ao Senado com a sua presença entre nós.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DA SUDENE

O Senador Edmundo Levi foi representante do Amazonas. Discursou na sessão de 25 de junho de 1968 sobre o relatório de 1967 da SUDENE, recebendo apartes do Senador paraibano Pereira Diniz. O Senador Arnon de Mello aparteou-o também.

O Sr. Pereira Diniz — Com relação ao que ocorre, na SUDENE, os jornais já noticiaram, se não me engano, através do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Deputado Jessé Freire, que as verbas da SUDENE foram distribuídas em cerca de 73% para os Estados de Pernambuco e Bahia, e 26,4% para os restantes Estados do Brasil. Ao Estado do Piauí couberam 0,3% da verba da SUDENE, ao Estado de Sergipe, uma ninharia; ao Estado da Paraíba, 5%; ao Estado do Ceará, onde há maior índice de gravidade das secas, 7%. Existe, portanto, uma discriminação que eu queria que a SUDENE explicasse. Qual a razão por que não se procure despertar o interesse no desenvolvimento, sobretudo, dos Estados fundamentalmente subdesenvolvidos, como o Estado de Sergipe? Agradeço a V. Ex^a a gentileza do aparte.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a uma intervenção?

OS SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Ouvi, com muita atenção, o aparte ao discurso de V. Ex^a do nobre Senador pela Paraíba, Sr. Pereira Diniz. Devo dizer, a propósito de tal aparte, que estive, há cerca de um mês, em Recife, com o General Euler Bentes, Diretor Superintendente da SUDENE, a quem falei sobre a missão dessa entidade, criada para dirimir e, se possível, eliminar a terrível disparidade interregional, a disparidade existente entre o desenvolvimento do Centro-Sul e o do Nordeste, e não para promover o surgimento da disparidade intraregional. No Centro-Sul, temos São Paulo com elevada renda *per capita* que se reduz ao extremo no Estado do Piauí, por exemplo. Pedi a atenção do General Euler, Superintendente da SUDENE, para tão injusta distribuição de recursos, especialmente drenados para os grandes Estados do Nordeste, o que ali cria nova disparidade com os pequenos Estados. O General explicou-me que

não depende, realmente, da SUDENE acentuar ou evitar dita disparidade, porque os investimentos nos maiores Estados atraem mais os capitais do Sul. Deu-me a ler, então, portaria sua, aprovada poucos dias antes pelo Conselho da mesma entidade, fixando prioridades para os projetos que beneficiassem os pequenos Estados. É propósito do Superintendente da SUDENE, realmente, evitar que se agravem, que se acentuem tais disparidades, dentro do próprio Nordeste. Dou com alegria esta informação ao Senado.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço a contribuição de V. Ex^ã, nobre Senador Arnon de Mello. Estes aspectos todos podem ser perfeitamente examinados, verificadas as disparidades, as possíveis injustiças, numa análise que se faça de uma prestação de contas.

SENADOR PAULO SARAZATE

O Senador Antonio Carlos Konder Reis foi sempre atuante no Senado. Por motivo do falecimento do Senador Paulo Sarazate (ARENA — Ceará), pronunciou a 25 de junho de 1968, excelente discurso a respeito da personalidade do parlamentar desaparecido. Entre os apartes que lhe foram dados, está o do Senador Arnon de Mello.

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador Arnon de Mello.

O Sr. Arnon de Mello — Eu quase não precisava falar, diante das palavras já aqui pronunciadas e, especialmente, do discurso de V. Ex^a,...

O SR. ANTONIO CARLOS — Obrigado a V. Ex^a

O Sr. Arnon de Mello — ... que tão bem exprime os nossos sentimentos a respeito da morte de Paulo Sarazate. Com o desaparecimento de Paulo Sarazate perdeu o Ceará, perdeu o Congresso, perdeu o Senado, perdeu o Brasil, perdeu, sobretudo, a causa da educação que tinha nele um grande, um extraordinário líder. Representante do povo cearense, na Câmara dos Deputados ou nesta Casa, dedicou-se sempre à causa da educação com sensibilidade e inteligência, considerando que esta é a grande causa para impulsionarmos o desenvolvimento brasileiro. Em nome da Bancada de Alagoas no Senado, solidarizo-me com as homenagens aqui prestadas a Paulo Sarazate, com a afirmação de que lutaremos, como ele lutou, pela causa da educação no Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Arnon de Mello. E as últimas palavras do aparte de V. Ex^a coincidem com aquelas que desejo proferir como fecho deste discurso.

INQUIETUDES DA MOCIDADE

O Sr. Dylton Costa foi Senador por Sergipe e, a 26 de junho de 1968, fez no Senado discurso sobre "as inquietudes da mocidade brasileira". O Senador Arnon de Mello o aparteu.

O Sr. Arnon de Mello — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DYLTON COSTA — Ouço V. Ex^a

O Sr. Arnon de Mello — Estou chegando, agora mesmo, da Convenção da ARENA. Lá, ouvi discursos versando o tema da inquietação da juventude. Hoje, ao almoço, debatemos esse mesmo tema, com as preocupações que ele justifica. Agora, aqui encontro V. Ex^a falando, também, sobre as inquietações da mocidade.

Tal fato me alegra, porque verifico que estamos nos conscientizando de que é preciso resolver o problema do jovem. O Brasil tem mais de 50% da sua população de jovens de menos de 20 anos. Não é possível deixar de considerar com a maior atenção as suas reivindicações e as suas esperanças. E permito-me desde logo lembrar, à margem do discurso de V. Ex^a, que o de que mais precisamos, e com urgência, é cuidar, seriamente, de reformular o nosso sistema educacional, absolutamente arcaico dentro deste mundo novo maravilhoso, de descobertas fabulosas.

O SR. DYLTON COSTA — De pleno acordo com V. Ex^a, nobre Senador Arnon de Mello. Obrigado pelo seu aparte.

OBSERVADORES PARLAMENTARES

O Sr. Antonio Carlos Konder Reis é atualmente Governador de Santa Catarina. Em 1951, foi nomeado Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, Sr. João Cleofas, prestando, então, relevantes serviços ao Brasil. Ao deixar o cargo, elegeu-se Deputado Federal pelo seu Estado e depois Senador. No exercício deste mandato, foi sempre atuante, tendo sido mesmo, em 1967, relator do projeto de Constituição. Em 72 de novembro de 1968, fez ele brilhante discurso sobre observadores Parlamentares e Delegados do Senado a conferências internacionais. Entre os apertes, que recebeu, está o seguinte, do Senador Arnon de Mello:

O Sr. Arnon de Mello — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Arnon de Mello — Muito agradecido a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos, pela oportunidade que me dá de apartear o brilhante discurso que V. Ex^a está proferindo hoje. Lamento profundamente que não tenha ouvido o início de tal discurso, nem o debate que aqui se travou a respeito de Observadores Parlamentares e Delegados a Conferências Internacionais. Mas ainda anteontem tive oportunidade de ouvir discurso do Senador Vasconcelos Torres, em que S. Ex^a fazia referência a Observadores Parlamentares, e pedia ao Senado que não mandasse Observadores, mas Delegados. É-me grato transmitir ao Senado minha pequena experiência de seu Observador em conferências internacionais. A mim me parece que é mais interessante que o Senado mande um Observador Parlamentar do que um Delegado. Em primeiro lugar, somos o Poder Legislativo e ficaremos com muito mais liberdade para nos pronunciarmos, aqui, sobre essas conferências do que se estivéssemos, não digo presos, mas comprometidos na condição de Delegado. Em segundo lugar, creio que, como Delegado, o Parlamentar não vai a essas conferências, evidentemente, para decidir lá fora as questões ali discutidas. O que ele tem a fazer é transmitir ao Senado suas observações, suas impressões, para que o Senado, quando tiver que julgar os acordos resultantes dessas conferências, possa se pronunciar

com conhecimento de causa, não só através dos documentos que lhe são remetidos, como também através dessas impressões. Eu, por exemplo, não gostaria de ser Delegado em conferência nenhuma; prefiro sempre ser Observador, porque me sinto com muito mais liberdade para não só conhecer os problemas que se discutirem nas conferências internacionais como também informar os eminentes colegas e falar-lhes no Plenário do Senado. É o aparte que gostaria de dar a V. Ex^a, muito agradecido pela oportunidade que me ofereceu, ao concedê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou grato a V. Ex^a O aparte do nobre Senador Arnon de Mello é mais uma contribuição ao assunto que foi discutido em razão do relatório que acabo de apresentar, mas que não foi assunto do meu discurso. Agradeço, porque o fato de os Srs. Senadores haverem versado o assunto, através de apartes ao meu discurso, é prova de que o mesmo despertou a atenção do plenário.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Vasconcelos Torres — Estou com o pensamento do nobre Senador Ruy Carneiro, ou seja, de que a tradição antiga é bem melhor. Peço vênia ao nobre Senador Arnon de Mello para discordar inteiramente do seu ponto de vista. Acha S. Ex^a mais cômodo ser Observador Parlamentar que Delegado, e a sua tese se arrima no fato de que, sendo Delegado, haveria um conflito, porque o membro do Poder Legislativo estaria representando o Executivo. Entendo, nobre Senador Antonio Carlos, que somos Parlamentares aqui no Brasil; lá fora, representamos o pensamento do Governo. Não há três poderes fora do Brasil. O Delegado representa o pensamento do Governo. O cidadão nomeado Delegado não tem o direito de externar o seu ponto de vista pessoal e, sim, o do País. E o Brasil tem uma diretriz política internacional que deve ser seguida. Um Delegado não poderia ter nenhum constrangimento, pelo fato de examinar, aqui, um acordo, um tratado. Pelo contrário, seria a voz esclarecedora desta ou daquela medida tomada, deste ou daquele convênio, deste ou daquele tratado. Este assunto, que V. Ex^a coloca bem, é para ser examinado. O nobre Senador Ruy Carneiro disse uma verdade. Muita gente pensa que o Senador ou Deputado vai fazer turismo parlamentar, sem falar na má vontade com que o recebem alguns diplomatas. V. Ex^a sabe que há secretários delicados, como Ministros, mas também, há os que têm assim uma espécie de recalque contra o Poder Legislativo. V. Ex^a sabe que desse último tipo tenho cuidado bem e vou cuidar cada vez mais. A situação de Delegado evitaria o constrangimento do Senador da Re-

pública ou do Deputado. Será que os Senadores e Deputados americanos são diferentes dos Senadores e Deputados brasileiros? Na ONU estão lá Senadores e Deputados americanos. O Embaixador Gilberto Amado me mostrou, no Palácio da ONU: “Olha o Senador francês votando pelo seu País”. Acho que o brasileiro não pode diferenciarse, de maneira alguma, desses outros países, dos quais os parlamentares — e V. Ex^a situava, aqui, os casos da Colômbia e do Peru — foram lá, à Conferência de Nova Délhi, e votaram na condição de Delegados. Apenas tratei de uma idéia — acho que V. Ex^a colocou bem o problema — que deve ser bem desenvolvido. No Itamaraty, há pavor de que isso aconteça, porque o Observador Parlamentar fica borboleteando, de Comissão em Comissão, não há definição. É uma criação esdrúxula; acho-a útil, não nego, e tanto é útil que V. Ex^a tem demonstrado a sua utilidade, através das provas que têm feito, e o Senador Arnon de Mello também, e outros companheiros que têm viajado — todos têm apresentado, aqui, relatórios. Mas devo dizer a V. Ex^a que se faz mais uma reportagem, quando entendo que uma participação de Delegado daria muito mais categoria. E outra coisa que o Senador Ruy Carneiro disse muito bem, acertadamente: há Deputados e Senadores com gabarito intelectual para um debate. Inclusive, isso deixaria bem o Congresso perante as Mesas internacionais de Conferência, para que não haja — V. Ex^a sabe que estou aqui veiculando a verdade! — uma certa incompreensão, em alguns setores, para com a figura do Observador, porque, afinal de contas, V. Ex^a sabe, não existe determinação de assistência — podem ir a esta ou àquela conferência, ao saber de sua predileção; se é um técnico em direito do trabalho, ele vai debater o direito do trabalho; se ele é um técnico em direito constitucional, vai debater direito constitucional; se é um técnico em saúde pública, vai debater esse assunto; um técnico em energia nuclear, a mesma coisa; um técnico em problemas educacionais, idem; um técnico em problemas internacionais, também. Estou satisfeito, porque V. Ex^a colocou o problema como deveria ser colocado. A matéria é digna de ser examinada mais tarde. E concluo este longo aparte, pedindo desculpas a V. Ex^a e dizendo que o assunto tem de ser cuidadosamente examinado.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço V. Ex^a

O Sr. Arnon de Mello — Peço a V. Ex^a este aparte, quase que para responder ao aparte do eminente Senador Vasconcelos Torres, meu Presidente, do qual lamento profundamente discordar. A minha experiência, nobre Senador Antonio Carlos, Senador Vasconcelos Torres e demais ilustres colegas, é um pouco diferente. Estive este ano na Conferência Nacional de Energia Atômica, e fui convi-

dado, como os demais Senadores e Deputados brasileiros, observadores dessa Conferência, para todas as reuniões da Delegação brasileira. Os Delegados brasileiros faziam questão de pedir nossa opinião, de ouvi-la. Por outro lado, vi na lista dos presentes à reunião de Viena vários Senadores americanos como observadores — e grandes Senadores americanos. Talvez seja por uma questão de temperamento, mas, em que pesem os brilhantes argumentos do eminente Senador Vasconcelos Torres, continuo preferindo ser Observador a Delegado. Não temo a infâmia que atribui a Senadores que viajam como Observadores o interesse turístico, mesmo porque é muito fácil desmentir a infâmia, desde quando o Senador, ao voltar, preste contas ao Senado da missão que lhe foi conferida. Não podemos, evidentemente, guiar-nos pelo receio do que se diga a nosso respeito. Demonstraremos à Nação, através da nossa palavra, que, viajando pelo exterior, fomos úteis a ela porque trouxemos uma experiência, que nos valerá muito, para discutir problemas de interesse nacional no Senado ou na Câmara.

O Sr. Vasconcelos Torres — Peço a V. Ex^a um contra-aparte, apenas para dizer o seguinte: no caso específico do nobre Senador Arnon de Mello se compreende bem. O velho jornalista prefere ser Observador. A reportagem é simples, mais bem feita que um relatório.

O Sr. Arnon de Mello — Muito obrigado a V. Ex^a Muito me honra ser repórter.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex^a é diretor de jornal e foi repórter no verdor dos anos. Ficou com essa condição invejável de um homem que tem o dom da onipresença: está numa Comissão, está em outra e, Sr. Presidente, sente-se mais à vontade assim, porque o repórter inquieto tem de colher todas as notícias para dar um quadro exato do que observou. É o brilhante jornalista que não abandonou jamais a sua vocação incoercível e que traz aqui suas reportagens, deslumbrando-nos a todos. Para os outros como nós, que gostamos de ficar sentados, tenho a impressão de que minha tese tem justificativa. Para isso, eu conclamaria V. Ex^a, nobre Senador Arnon de Mello, não para julgá-la *a priori*, mas para o que disseram os nobres Senadores Antonio Carlos e Ruy Carneiro, e que tudo examinássemos, não agora, porque não é o momento propícia, mas depois. Talvez eu apresente um projeto de resolução visando a que a matéria seja amplamente debatida neste Plenário.

O Sr. Arnon de Mello — Terei o maior prazer em examinar seu projeto na Comissão de Relações Exteriores, da qual, com muita honra, faço parte.

O Sr. Vasconcelos Torres — A Comissão de Relações Exteriores, aliás, precisa de reformulação urgente para que não seja apenas uma homologadora de nomes de Embaixadores. É outro assunto que não cabe aqui ser discutido. V. Ex^a conhece bem a Comissão de Relações Exteriores. Pelo menos esse órgão deve atuar com o dinamismo do Brasil de hoje. Nisso V. Ex^a poderá ajudar muito, porque tem uma experiência, válida para falar. V. Ex^a deve estar satisfeito, Senador Antonio Carlos, porque despertou, neste início de tarde, o interesse de todos nós que acompanhamos o belo e profundo Relatório que V. Ex^a apresentou, no dia de hoje:

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou grato a V. Ex^a, Senador Vasconcelos Torres e Senador Arnon de Mello, pelos seus apertes.



RECONHECIMENTO DE FACULDADE DO ENSINO SUPERIOR

Em discurso proferido a 1º-12-68, o Senador Vasconcelos Torres, atuante representante fluminense, agradece ao Presidente da República o funcionamento da Faculdade de Medicina em Vassouras, no seu Estado. Foi então apartado pelo Senador Arnon de Mello e, antes, pelo Senador Eurico Rezende, representante do Espírito Santo no Senado Federal líder do governo e governadores eleito do seu Estado.

Eis como se desenvolveu o pronunciamento do Senador Vasconcelos Torres:

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, antes de encerrar as considerações que venho fazendo, quero agradecer ao Sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, o decreto firmado há pouco, que permite o funcionamento da Faculdade de Medicina de Vassouras. Foi uma das mais difíceis batalhas por mim travadas, neste Plenário. Repetidas vezes, tive oportunidade de chamar a atenção do Conselho Federal de Educação para o problema. Houve, inclusive, atritos e não sei se devo dizer que eles não foram benéficos, porque, através da veemência com que lutei, os Conselheiros, pelo menos, puderam sentir a sinceridade e o empenho que eu colocava na criação dessa Faculdade de Medicina, no Sul do meu Estado.

Assim, Sr. Presidente, o Estado do Rio de Janeiro, hoje, torna-se um dos mais bem aquinhoados em escolas superiores. Rejubilo-me, porque tenho acompanhado, de perto, a criação de todas essas escolas. Quando Deputado Federal, fui o autor do projeto que criou a Faculdade Federal do meu Estado e, mais recentemente, consegui as Faculdades de Medicina em Campinas e em Volta Redonda e a Faculdade de Ciências Econômicas, em Recife. É uma batalha que chega ao fim, e tenho o dever de, neste instante, agradecer, não só ao Sr. Presidente da República, como ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, que nos acompanhou, de perto, incansavelmente, dando-nos orientação e apoio moral, para que, afinal, o nosso sonho pudesse concretizar-se.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Não tenha V. Ex^a a vaidade de achar que a alegria é só de V. Ex^a Também o Conselho Federal de Educação, em reunião recente, aprovou por unanimidade o pedido de autorização para funcionamento da Universidade do Distrito Federal, por mim fundada, de cuja instituição mantenedora sou Presidente. Quero registrar este fato que é, realmente, auspicioso, porque entendo como dever de todo parlamentar dedicar-se à implantação de estabelecimentos de ensino, principalmente de estabelecimentos de ensino superior. Tenho o justo orgulho de dizer que criei, no meu Estado, uma Faculdade de Medicina que já está funcionando com 216 alunos, enquanto que a Federal tem uma capacidade de matrícula, por série, de 50 alunos. Criei também, na Capital do meu Estado, a Faculdade de Administração de Empresas e em Brasília cinco Faculdades, por entender que a nossa atenção não deve voltar-se só para o nosso Estado de origem, mas, também, para onde houver necessidade. Brasília não amplia sua população, muito por hereditariedade, mas a amplia muito por agregação. Já está com sua capacidade de matrículas muito reduzida. Aproveito a oportunidade para convocar todos os meus colegas para essa obra: promover, como V. Ex^a, promover, como eu promovi, a criação de estabelecimentos de ensino superior, principalmente de Ciências Biológicas e de Ciências Exatas. Não devemos só esperar que o Governo faça isso. Nos Países de civilização educacional mais adiantada, a regra geral são universidades particulares, mas aqui no Brasil, se espera tudo do Governo. Então, devemos nós, parlamentares, com a influência de que dispomos, procurar caracterizar e justificar o exercício do nosso mandato, criando estabelecimentos de ensino. É perfeitamente possível. V. Ex^a criou uma Faculdade de Medicina no seu Estado, eu já criei sete estabelecimentos de ensino superior. De maneira que isso prova que os parlamentares podem — e com êxito — dedicar-se a essa atividade. Desejo, ao me congratular com a auspiciosa notícia que o nobre colega exhibe à Casa e ao País, colocar no seu registro parlamentar também outra, não menos auspiciosa notícia: a autorização para funcionamento, dada pelo Conselho Federal de Educação, da Universidade do Distrito Federal.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador). Fico feliz em ouvir as palavras do nosso eminente Líder, Senador Eurico Rezende, que defende a tese de que a elite política, da qual nós, parlamentares, participamos, deve em-

penhar-se na fundação de Faculdades de ensino superior, especialmente, de escolas de Ciências Exatas, e que S. Ex^a fundou aqui e no seu Estado sete escolas de ensino superior. Hoje à tarde, ou amanhã, terei oportunidade de falar um pouco neste plenário sobre Brasília. Com as informações que tenho em mãos, considero que, realmente, esta grande cidade necessita muito do nosso desvelo, do desvelo da elite política que aqui legisla e que daqui governa o País. A propósito do aumento da população brasiliense, vale lembrar que, diariamente, entram nesta Capital dez (*) famílias, aumentando, assim, excepcionalmente, o número de seus habitantes que hoje já se calcula em quinhentos mil, e vai num crescimento verdadeiramente galopante. Mas, infelizmente, como provarei quando falar neste Plenário, a cidade não tem infra-estrutura para responder a tão galopante desenvolvimento.

(*) — Em 1978, as estatísticas já apresentavam Brasília com mais de um milhão de habitantes.

SERVIÇO TELEFÔNICO NO BRASIL

Vasconcelos Torres (ARENA — Estado do Rio) é um dos Senadores que apresentam maior número de projetos ao Senado e também dos que mais falam e aparteiam. A 10 de dezembro de 1968, fez discurso de crítica à Companhia Telefônica Brasileira, recebendo apartes de vários Senadores, entre os quais o Senador Arnon de Mello.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a me dá permissão para um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Concedo, com prazer, o aparte a V. Ex^a, Senador Arnon de Mello.

O Sr. Arnon de Mello — Tenho informação sobremodo interessante para dar a V. Ex^a a esse respeito. Há pouco tempo, num almoço de que participei em homenagem ao Vice-Presidente da ITT, ouvi de S. S^a que, em 1969, com a conclusão da estação especial que está sendo construída em Tanguá, Município de Itaboraí, no seu Rio de Janeiro, poderemos comunicar-nos com os Estados Unidos diretamente, sem a ajuda da telefonista e sem pagar excesso de preço da assinatura do telefone...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Perdoe-me o nobre colega. Acredito em V. Ex^a, mas não acredito na concretização do que anuncia o Vice-Presidente da ITT.

O Sr. Arnon de Mello — ... porque a distância não entra na computação dos custos, e a ligação se fará pelo sistema DDD, através de satélite.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Tal notícia se ajusta, de resto, àquela outra que anteriormente eu transmiti à Casa. Exatamente, meu prezado colega. Teremos ligação direta com os Estados Unidos. Quanto ao preço, não creio que venha a ser mais baixo que o atual. V. Ex^a sabe, e isso, hoje, já é muito brasileiro — antes era americano e hoje é universal —, num almoço se resolvem todos os problemas. Nos jantares, então, os problemas já são ainda melhor resolvidos. É que, Sr. Presidente, aquela cordialidade, a passagem, antes do sólido pelo líquido, faz com que haja um ambiente de

euforia, e se apanha o papel, risca-se, diz-se. É o que de há muitos anos vimos ouvindo dizer. Mas o Senador Arnon de Mello tem razão. Eu citava há pouco o nome do General Galvão, Presidente da EMBRATEL, de quem ouvimos que o serviço da estação do Distrito da Tanguá, no município de Itaboraí, será inaugurado no mês vindouro. Então, vamos falar, por exemplo, para os Estados Unidos, para Londres, para Paris! Mas não vamos falar com Niterói nem mesmo com o Rio. Não vamos falar com Brasília nem com Manaus, na Amazônia, que precisa urgentemente de um sistema de comunicações, sistema de microondas, matéria, aliás, correlacionada com a segurança nacional. Não vamos falar com Belo Horizonte, mas vamos-nos dar ao luxo — nós, que precisamos comunicar-nos com urgência uns com os outros, com os nossos patrícios —, de nos comunicarmos com os Estados Unidos. E quem vai falar com os Estados Unidos? Quem? Um número ínfimo da população brasileira, no plano dos interesses diplomáticos, industriais e comerciais. Mais o de que precisamos mesmo é de comunicação com o nosso povo, de brasileiro a brasileiro.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Ao dar a informação já referida a V. Ex^a, não estou defendendo o serviço telefônico do Brasil, que considero, como V. Ex^a, muito ruim em certas partes, evidentemente. Estou, apenas, informando que, realmente, no ano vindouro, poderemos falar por preço aquém do atual com os Estados Unidos.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Compreendi bem. E apenas passo um carvão mais forte nas palavras que havia proferido anteriormente, para demonstrar que, vamos falar de jato, para os Estados Unidos, mas não vamos falar conosco mesmos.

V. Ex^a é homem que sei organizado, guarda os *Diários do Congresso*, e tem talvez o arquivo mais fabuloso que alguém possa possuir, principalmente sobre assuntos que o apaixonam, como a energia nuclear. Então, vamos guardar este discurso que será publicado no *Diário do Congresso*.

Duvido, Sr. Presidente, que alguma coisa baixe de preço no Brasil. Diz o nobre colega “por preço aquém do atual”. Duvido, Sr. Presidente, duvido. Com a correção monetária, não há hipótese de alguma coisa baixar neste País. Perdoe-me V. Ex^a, não há nenhum desrespeito da minha parte, mas, usando linguagem de sentido popular que será entendida por minha gente, “a única coisa que baixa, aqui, é caboclo no terreiro”.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a me dá permissão para mais um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — No que diz respeito a telegrama, a História não confirma sua afirmação. Quando, em 1890, se inaugurou o serviço telegráfico entre o Brasil e os Estados Unidos, a palavra por ele transmitida custava sete dólares e meio, e dez anos depois, com a ligação direta — porque antes era feita através da Europa —, a palavra passou a custar, se bem me recordo, três dólares e meio. Hoje, a palavra custa trinta centavos, e, no ano vindouro, segundo me informaram, custará um quarto de centavo.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Isso, em Nova Iorque, é delicioso. Aqui, não tenho em mãos os dados, mas vou provar justamente o contrário: a ascensão tarifária nunca detida.

Srs. Senadores, em menos de dois anos, as nossas tarifas telegráficas internas subiram 200%. O serviço de Correios é como sabemos, organização estatal, o monopólio dos Correios pertence ao Governo do Brasil. E o selo da carta vem subindo também, em níveis que já ultrapassam 300%.

Então, eu acredito que o americano, em Paris, mande as 3 ou 4 palavras por 30 cents. Mas, aqui, como estamos num edifício que está enterrado no chão — temos que estar de pé no chão para demonstrar que nem os gêneros alimentícios, nem o sistema de comunicações, nem a escola, nem o remédio, nem a habitação, nada vai baixar de preço, e desgraçadamente jamais baixará!

O Sr. Arnon de Mello — Há de permitir-me V. Ex^a outro aparte. (Assentimento do orador.) Muita honra me dá V. Ex^a em conceder-me tantos apartes. Quando cito o caso das comunicações com o estrangeiro, desejo significar que a redução de preços só se faz por causa do avanço tecnológico. Espero que o Brasil acorde para as vantagens da ciência e da tecnologia. Assim, teremos as mesmas vantagens da redução de custos dos países que a elas recorrem.



SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO

Senado Federal



SEN00017963